


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **1000175-40.2014.8.26.0566**Classe - Assunto **Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 15/07/2014 16:01:28 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL propõe AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra HMG ARENEGA CONSTRUÇÕES LTDA ME, alegando que em 16/03/10 as partes firmaram contrato de arrendamento mercantil – *leasing* – por meio do qual, como contraprestação pelo recebimento da coisa, a parte ré comprometeu-se a pagar 60 parcelas de R\$ 775,72, sendo que, todavia, não houve o pagamento da(s) parcela(s) descrita(s) na inicial.

A liminar foi deferida (fls. 19/20) e devidamente cumprida (fls. 40), citando-se ainda a parte ré (fls. 39) que apresentou contestação (fls. 41/44), em que alega (a) disparidade de valores entre a nota fiscal, pedido de contratação e nota promissória emitida (b) juros remuneratórios abusivos (c) comissão de permanência cumulada com multa moratória, o que é indevido (d) capitalização dos juros remuneratórios. Trouxe ainda proposta de acordo.

Manifestou-se a parte autora (fls. 74/83).

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I, do Código de Processo Civil, uma vez que a prova documental constante dos autos é suficiente para a resolução da controvérsia.

O instrumento contratual (fls. 09/13) evidencia que as partes efetivamente firmaram contrato de arrendamento mercantil, no qual a parte ré comprometeu-se a pagar 60 parcelas no valor de R\$ 775,72 como contraprestação pelo recebimento da coisa arrendada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Todavia, a parte ré não se desincumbiu de sua obrigação contratual, eis que incorreu em mora, não efetuando o pagamento da parcela vencida em 16/03/13 e subsequentes, conforme se extrai do instrumento de protesto e da ausência de impugnação, em contestação, a esse respeito – fato incontroverso.

A mora importa em tornar precária a posse da parte ré sobre a coisa arrendada, inclusive porque o arrendador tem o direito de obter a rescisão do contrato (art. 475 do CC), ensejando-se a reintegração da posse na pessoa da parte autora, impondo-se, então, a procedência da ação.

A parte requerida alega, em contestação, abusividade de cláusulas contratuais, o que afastaria a mora e, em consequência, afastaria o direito do credor de reaver o bem.

O STJ, no recurso repetitivo REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 2ªS, j. 22/10/2008, firmou o entendimento de que o simples ajuizamento de ação revisional não afasta a mora e, ademais: a) a exigência de encargo abusivo no período de normalidade contratual ou período de adimplemento elide a mora – o que leva à improcedência da reintegração; b) a exigência de encargo abusivo no período de anormalidade contratual ou período de inadimplemento não afasta a mora – o que leva à procedência da reintegração.

Quanto ao caso em tela, observa-se que o contrato não contém encargos abusivos para o período de normalidade contratual – segundo os parâmetros da jurisprudência para a identificação de tais abusividades - e, se existem abusividades para o período de anormalidade contratual, o fato, como dito, apresenta-se irrelevante para o estreito objeto da ação.

O acordo, proposto na contestação, não foi aceito pelo autor.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO e confirmo a liminar anteriormente deferida e executada, REINTEGRANDO a parte autora na posse da(s) coisa(s) descrita(s) na inicial.

No mais, condeno a parte ré no pagamento das custas e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

honorários advocatícios, arbitrados estes em R\$ 724,00, em conformidade com os critérios do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 29 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**